

A COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES NA GOVERNAÇÃO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE GONDOLA

Bernardino António¹

INTRODUÇÃO

Desde a eclosão da pandemia da COVID-19, em Dezembro de 2019, na China, o mundo vive momentos sem precedentes. Esta doença de alta transmissibilidade fez até então cerca de 4,4 milhões² de óbitos ao nível mundial, e tem gerado inúmeras implicações de âmbito social, económico e político, condicionando a agenda de vários governos, incluindo os africanos³.

Em Moçambique, após o anúncio do primeiro caso da doença, no dia 22 de Março de 2020, quatro meses após o seu surgimento na China, várias foram as medidas adoptadas pelo Governo, com vista à mitigação dos efeitos da doença⁴. No entanto, apesar desses esforços, é visível o impacto da pandemia na estrutura social e económica do país, que ficou grandemente afectada⁵, assim como nas dinâmicas de governação, tanto a nível central como local.

Tomando como exemplo o município de Gondola, na província de Manica, este artigo analisa as implicações da COVID-19 na governação municipal, destacando a interacção entre a edilidade e os munícipes no desenvolvimento do mesmo. O texto defende o argumento segundo o qual, apesar de a COVID-19 ter impactado negativamente nas lógicas do Governo de Gondola, a pandemia, por si só, não constitui factor explicativo para a fraca interacção entre as autoridades e os munícipes, pois os baixos níveis de interacção entre os Vereadores e os cidadãos constitui um problema de carácter estrutural, que caracteriza o Governo não só ao nível das autarquias, mas também a outros níveis de governação em Moçambique. O artigo está organizado em três secções, além da introdução. Na primeira secção, faz-

¹ Os meus agradecimentos ao Professor Wim Neeleman pelas longas discussões e comentários em torno deste artigo, sobretudo na exploração da base de dados quantitativos do «Barómetro da Governação Municipal». Os meus agradecimentos são extensivos a Crescência Pereira, Lúcio Posse, e aos professores Salvador Forquilha e José Jaime Macuane pelos valiosos comentários e sugestões.

² <https://covid19.who.int/>

Importa referir que são números oficiais publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estes dados foram actualizados no dia 17 de Agosto de 2021.

³ Gruzd, Bosman & Zikalala (2020).

⁴ Decreto 11/2020; Decreto 12/2020; Decreto 26/2020; Decreto 51/2020; Decreto 21/2020; Decreto 23/2020; Decreto 79/2020; Decreto 102/2020; Decreto 110/2020; Decreto 1/2021; Decreto 2/2021; Decreto 7/2021; Decreto 17/2021.

⁵ Kaulard (2020).

se uma breve caracterização do município de Gondola, mostrando o contexto da análise aqui feita. Na segunda secção, aborda-se o papel dos municípios na gestão da COVID-19 em Moçambique. Na terceira secção, descreve-se a COVID-19 e as suas implicações no Governo de Gondola, destacando a questão da interacção entre as autoridades municipais e os munícipes.

O artigo resulta de uma pesquisa realizada no município de Gondola em 2020⁶, no âmbito do projecto de pesquisa «Barómetro da Governação Municipal», em curso no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) desde 2017. A pesquisa baseou-se numa metodologia qualitativa⁷, com recurso a entrevistas semiestruturadas, discussões em grupos focais e observação no terreno, realizadas em 10 bairros do município de Gondola, nomeadamente Mazicuera, Mucessua, Josina Machel, Bengo, Nhachoco, Eduardo Mondlane, 3 de Fevereiro, 7 de Abril, Francisco Manyanga e 25 de Junho. Foram realizadas quatro discussões em grupos focais e nove entrevistas semiestruturadas com moradores, membros do Governo Municipal (Presidente e Vereadores), membros da Assembleia Municipal, líderes comunitários, comerciantes locais e organizações da sociedade civil. A pesquisa de campo decorreu ao longo de 15 dias, entre Novembro e Dezembro de 2020.

A VILA MUNICIPAL DE GONDOLA: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO

A vila de Gondola faz parte dos cinco municípios existentes na província de Manica, localizada no centro do País. Elevado à categoria de município em 2013, e desde então governada pelo partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), como resultado da sua vitória nas eleições de 2013 e 2018⁸, Gondola, assim como a maioria das vereações em Moçambique, ainda é caracterizada por enormes desafios financeiros⁹ e técnicos, o que condiciona uma melhor prestação de serviços públicos. Relativamente a estes serviços,

⁶ Importa referir que foram realizadas algumas entrevistas posteriormente, em Agosto de 2021.

⁷ A metodologia qualitativa consiste na realização de entrevistas (individuais ou em grupos focais), observação participante e análise documental. Este método permite entender a sociedade e as suas instituições, através da análise dos fenómenos sociais (Tracy, 2013: 5, 28).

Apesar de esta ser uma pesquisa qualitativa, a análise neste texto também recorreu ao uso da base de dados quantitativos do projecto Barómetro da Governação Municipal do IESE.

⁸ Nas eleições de 2018, a FRELIMO conseguiu ter o seu cabeça de lista (Arlindo Cesário Ngozi) eleito para Presidente do Município. Ao nível da Assembleia Autárquica, a FRELIMO constitui a bancada maioritária, com 11 mandatos, e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) a bancada minoritária com apenas 6 mandatos, o que totaliza 17 mandatos existentes naquela autarquia (Acórdão 27/CC/2018, de 13 de Novembro). Importa referir que nas últimas eleições o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) não obteve nenhum mandato naquela autarquia.

⁹ Weimer, Hassam, & Chimunuane (2010a, 2010c, 2010b); Weimer (2012); Nguenha, Raich & Weimer (2012); Weimer & Carrilho (2017).

apesar dos avanços registados nos últimos anos¹⁰, os desafios são ainda enormes, com maior destaque para a precariedade das vias de acesso, sobretudo as principais pontes da vila que foram grandemente devastadas pelo ciclone Idai, em Março de 2019; a falta de água em alguns bairros e o seu abastecimento deficitário mesmo nos bairros localizados no centro da vila¹¹; uma extensão limitada da rede da electricidade e a falta de iluminação nas vias públicas.

Não obstante, o conflito político-militar no centro do País levou à integração de deslocados de zonas circunvizinhas no distrito de Gondola, conduzindo à criação de um centro de deslocados no bairro Mazicuera. A criação deste¹² condicionou ainda mais o foco do Governo do município no que respeita à melhoria da prestação de serviços públicos, na medida em que teve, por exemplo, de priorizar a abertura de furos de água naquele centro em detrimento de outros bairros previamente planificados¹³.

As dificuldades financeiras do município, decorrentes da sua base tributária local bastante limitada e da dependência em relação às transferências do Estado (Fundo de Compensação Autárquica – FCA –, Fundo de Investimento de Iniciativa Local – FILL –, e o Fundo de Estradas – FE), são alguns dos constrangimentos que a vereação enfrenta para a viabilização do seu plano de governação e a melhoria na prestação dos serviços públicos. É neste âmbito que as parcerias com os agentes privados e instituições financeiras, como é o caso do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), PIPELINE, SOLIDAR, entre outros, tem tido um papel importante no financiamento de alguns projectos locais (CAVG, 2019).

O KfW tem-se revelado um parceiro estratégico importante para vários municípios em Moçambique, incluindo a vila autárquica de Gondola, através do financiamento de algumas actividades. Por exemplo, através do Programa de Desenvolvimento Integrado para as Autarquias e as Zonas Rurais Circunjacentes (PRODIA), um programa de cooperação bilateral entre os Governos de Moçambique e da Alemanha, o KfW financiou a reconstrução das três principais pontes¹⁴ que ficaram destruídas pelo ciclone Idai:

¹⁰ Importa referir que o manifesto eleitoral da FRELIMO, nas últimas eleições autárquicas de 2018, incorporava cinco dos principais pontos em termos de promessas: a asfaltagem da estrada que parte da estrada nacional n.º 6 (EN6) até ao hospital distrital de Gondola; a pavimentação da estrada que sai da EN6 até ao bairro Mucessua, passando pela escola Macombe (até à realização da presente pesquisa, em Dezembro de 2020, as obras ainda estavam em curso); a construção da biblioteca municipal; o melhoramento da iluminação pública (também em curso); e uma praça digital que já está em funcionamento.

¹¹ Quanto aos serviços de abastecimento de água, além dos furos abertos pelo município ao nível das comunidades, o município conta com o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), que fornece água para uma parte da população da vila, ainda que de forma limitada e com alguma dificuldade em termos da qualidade dos serviços.

¹² Na gestão do centro dos deslocados de Mazicuera, há uma interacção conjunta entre o município de Gondola, o Governo do distrito de Gondola, a delegação provincial do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), o Governo e a Secretaria do Estado ao nível da província de Manica. Importa referir que os deslocados têm assistência periódica por parte do INGC.

¹³ «Temos situações nos deslocados. A vila de Gondola é um centro de deslocados, no Mazicuera. Isto em algum momento cria problemas em termos de foco da nossa governação. A partir do momento que nós recebemos os deslocados. No início, antes do INGC dávamos assistência aos deslocados com plásticos, alimentação (...) Praticamente perdemos o foco. Nós tínhamos furos de água que devíamos fazer noutros locais, acabamos abrindo mesmo nos deslocados. Então, perdemos um pouco o foco» (Arlindo Cesário Ngozi, presidente do município, Gondola, 02 de Dezembro de 2020).

¹⁴ As três pontes financiadas pelo KfW são: a ponte Francisco Manhanga, a ponte que dá acesso ao bairro Mazicuera saindo da administração do distrito e a ponte de Mazicuera pela via do hospital distrital.

«Fizemos pedidos junto ao parceiro PRODLA, que são alemães. Praticamente já temos resposta, já lançamos o concurso, já tem um empreiteiro que ganhou o concurso e dia 7 [de Dezembro, 2020] iremos fazer a negociação dos preços. A Alemanha, através do KfW, vai pagar as três principais pontes, mas ainda vão faltar duas pontes, Mussatua e Mussapadzi.»¹⁵

Além disso, o KfW também vai financiar a requalificação do principal mercado da vila (mercado Feira) e a construção das oficinas municipais, incluindo a compra de alguma maquinaria para as equipar.

OS MUNICÍPIOS E O SEU PAPEL NA GESTÃO DA COVID-19 EM MOÇAMBIQUE

Não há dúvidas que a COVID-19 alterou profundamente as lógicas de funcionamento da sociedade e da economia mundial. Face à nova realidade imposta pela doença, vários governos se viram obrigados a adaptar-se ao novo contexto, investigando mecanismos de contenção da pandemia sem, contudo, perder de vista a prestação de serviços públicos aos cidadãos (Bosman, 2021).

A gestão da pandemia, em vários contextos mundiais, é feita através de uma abordagem conjunta de interação entre os órgãos de nível central, assim como entre estes e os órgãos de nível descentralizado. Essa abordagem coordenada permite, por exemplo, a sensibilização dos cidadãos ao nível local na adopção de medidas de prevenção contra a COVID-19, como o uso de máscaras em locais públicos e aglomerados (Kang, Kwon & Kim, 2020). Em Moçambique, tem sido notória uma abordagem integrada entre os diversos órgãos ou instituições públicas na gestão da COVID-19, não só entre os diversos Ministérios, mas também por meio de uma cooperação com os Governos locais, como é o caso das autarquias, que também têm desempenhado um papel determinante nesse processo. Os decretos presidenciais criados no âmbito das medidas de combate à COVID-19 prevêm a colaboração dos órgãos locais na fiscalização do cumprimento das medidas impostas pelos decretos dentro das suas áreas de actuação. Por exemplo, o Decreto 110/2020, de 18 de Dezembro, criado no âmbito da situação de calamidade pública, declarada por meio do Decreto 79/2020, de 4 de Setembro, estabelece no ponto n.º 1 do artigo 8, a obrigatoriedade do uso de máscaras ou viseiras em locais públicos e aglomerados, assim como nos mercados.

Em relação aos mercados, o n.º 3 do artigo 23 do mesmo decreto estabelece que *«os órgãos locais devem reorganizar os mercados, criando condições para a observância das medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19»*. Com efeito, os municípios sendo responsáveis pela gestão

¹⁵ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, Presidente do Município, Gondola, 02 de Dezembro de 2020.

dos mercados municipais, trabalham para garantir o cumprimento das medidas impostas pelos decretos presidenciais. A requalificação dos mercados municipais e a fiscalização do comércio informal desenvolvido em locais impróprios constituem um exemplo claro dos esforços dos municípios na contenção da propagação da pandemia da COVID-19¹⁶.

Outra área que conta com a intervenção das autoridades municipais é a fiscalização dos transportes públicos. Se é verdade que os decretos presidenciais impõem, por exemplo, a obrigatoriedade do uso de máscaras e/ou viseiras nos transportes colectivos e semicolectivos, assim como o limite máximo de passageiros a bordo (por exemplo, o n.º 2 do artigo 8 e o artigo 25 do Decreto 110/2020, de 18 Dezembro), também não é menos verdade que a fiscalização levada a cabo pelas autoridades tem desempenhado um papel importante no cumprimento de tais medidas nos transportes colectivos e semicolectivos dentro do território municipal.

Todavia, apesar do esforço dos municípios na mitigação dos efeitos da pandemia, os desafios ainda são enormes. Por exemplo, ao nível dos mercados municipais, ainda se registam aglomerados, contrariando as medidas de distanciamento social impostas pelo Governo. O mesmo cenário também se verifica no sector dos transportes. A precariedade dos serviços de transporte público condiciona ainda mais o cumprimento das medidas de prevenção neste sector, na medida em que se assiste, com frequência, à sobrelocação dos transportes colectivos e semicolectivos. As implicações da COVID-19 transcendem a prestação dos serviços públicos, afectando outras dimensões do próprio processo de governação municipal, como, por exemplo, a participação política.

COVID-19 E A GOVERNAÇÃO MUNICIPAL EM GONDOLA: QUE IMPLICAÇÕES?

À luz de outros contextos do Mundo, a pandemia tem impactado negativamente nas dinâmicas de governação em Moçambique. Isto observa-se não só ao nível do Governo central, que procura a todo o custo por mecanismos para fazer face a esse desafio, mas também ao nível dos Governos locais, com maior destaque para os municípios que também têm sido grandemente afectados pela doença, tanto em termos de prestação de serviços públicos, como na interacção entre as autoridades e os munícipes, devido a medidas como o distanciamento social que, em parte, condicionam o número de pessoas a reunir. Reconhecendo que a variação das implicações da pandemia depende do contexto, analisa-se, na presente secção, as implicações da COVID-19 no Governo do município de Gondola, olhando para a questão da participação política, com especial atenção para a interacção entre as autoridades municipais e os munícipes nos esforços de desenvolvimento do município.

¹⁶ O Autarca (2020); VOA (2020).

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE GONDOLA: UM PROCESSO DEFICITÁRIO?

Em contextos democráticos, a participação política aparece como um elemento central no processo de governação. Aliás, como afirma Print (2007), a participação dos cidadãos é a razão existencial da democracia.

A democracia representativa, que se tornou o modelo global de governos legítimos, tende a reduzir a participação dos cidadãos na questão do voto ou em outras actividades relacionadas com as eleições. Com efeito, as oportunidades de participação continuam limitadas, sobretudo no período que separa uma eleição da outra (Amith, 2017:72).

No entanto, a participação política não se restringe apenas às eleições, pois essa constitui uma abordagem minimalista da participação. Conforme afirma Forquilha (2016), acerca da participação em contextos de governação municipal:

(...) a participação diz também respeito ao envolvimento dos munícipes em acções de consultas para elaboração dos planos, orçamento e tomada de decisões importantes para a sua vida. Todavia, esse envolvimento exige, por sua vez, que as autoridades municipais desenhem e institucionalizem mecanismos que permitam que os munícipes se sintam parte dos processos de tomada de decisões municipais. (Forquilha, 2016:83)

A pesquisa realizada no município de Gondola, com base em entrevistas e grupos focais, mostra que um dos desafios enfrentados por aquela autarquia tem que ver com participação política, caracterizada por uma fraca interacção entre a edilidade e os munícipes, assim como por um envolvimento limitado dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

A fraca interacção não se verifica apenas entre as autoridades municipais e os habitantes de Gondola, mas também em relação às autoridades e organizações da sociedade civil. Apesar de a edilidade afirmar que o plano estratégico resulta da auscultação às comunidades por meio das lideranças locais¹⁷, estes não se sentem envolvidos na elaboração do plano municipal:

«Desde que entrou, não conseguiu reunir com os munícipes nos bairros para actualizar aquilo que havia agendado no seu manifesto eleitoral. O presidente nunca veio nos reunir para a gente saber qual é o seu plano. Talvez noutros comités, mas no meu comité, não posso mentir.»¹⁸

¹⁷ Os munícipes participam nesse plano através do Conselho Consultivo Local [CCL]. Em todos os anos, logo em Janeiro, há esse encontro do CCL. Então, os membros do CCL estão distribuídos em todos os bairros e eles quando vêm ao CCL trazem as preocupações que os bairros têm. Então, a ser assim, eu entendo que o plano é abrangente. Cada membro do CCL, por exemplo, se é de Mucessua, ele vem para o CCL e traz as preocupações da população de Mucessua. Estamos a falar de abastecimento de água, energia, estradas, essas coisas todas (Entrevista com António Silvério, Vereador da Urbanização e Infra-estruturas, Gondola, 30 de Novembro de 2020).

¹⁸ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 01 de Dezembro de 2020.

Outro secretário de bairro também se queixou da falta de envolvimento das lideranças locais no processo de planificação do município. Apesar de reconhecer as dificuldades da vereação em termos financeiros, este chama as autoridades municipais à interação com as lideranças locais para que estejam a par das actividades desenvolvidas pelo município:

«O que nós queremos é, quando há um projecto a se fazer, o município reúna primeiro com a liderança e depois as lideranças levam a informação aos munícipes. Pelo menos onde reúnem 20, 50 pessoas, então, dá para passar uma informação. Então, se não faz isso, automaticamente ainda está parado. Embora temos problema de crise, ele deve reunir com a liderança para actualizar o que está a fazer. Agora, quando decidem fazer qualquer coisa sem se pronunciar sobre o seu plano, ultimamente a população fica a saber que afinal de contas o município está a trabalhar isoladamente, o que não devia ser.»¹⁹

Um exemplo claro da falta de envolvimento das autoridades comunitárias no processo de planificação do município tem que ver com a construção da praça dos professores localizada à beira da estrada nacional n.º 6 (EN6), que liga a cidade da Beira à vila fronteiriça de Machipanda, em Manica. Além da falta de informação, as lideranças locais questionaram a prioridade da praça, olhando para a precariedade de alguns serviços públicos considerados prioritários para o dia-a-dia das comunidades, como é o caso das vias de acesso:

«Temos essa praça ali, da Organização Nacional dos Professores (ONP). (...) vimos a construção e depois dali — vamos inaugurar. Mas quem fez?! — É o município — então, eles tinham que explicar que apareceu um plano extra, que não constava no nosso manifesto — Vir aqui dar essa informação. O município deve reunir com os bairros, com os líderes. Quando querem fazer alguma coisa, devem reunir primeiro, ouvir a opinião da população. Muitos murmúrios que estão a andar por causa dessa praça dos professores. Ao invés de nos ajudar com pontecas. Aquele cimento, não podiam fazer ponte aqui?! — foram fazer praça, praça dá o quê?! Quem sofrem essas perguntas somos nós os secretários que estamos aqui.»²⁰

Assim como as lideranças dos bairros, a sociedade civil também não se sente envolvida no processo de planificação do município, conforme evidenciam as palavras de um jovem, membro de uma organização da sociedade civil em Gondola:

«Na elaboração do plano do município, até então, não fomos dados nenhum convite. Normalmente o que nós sabemos sobre o plano estratégico do município, primeiro faz-se uma antecipação prévia,

¹⁹ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 01 de Dezembro de 2020.

²⁰ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 01 de Dezembro de 2020.

tendo em conta que o município sabe que tem uma sociedade civil proactiva que quer trabalhar em prol do desenvolvimento do próprio município. Não sei se está elaborado o plano, mas nós não fomos convidados como sociedade civil.»²¹

Além da falta de envolvimento dos cidadãos, das organizações da sociedade civil e das lideranças comunitárias no processo de planificação, o acesso ao plano de actividades do município também é quase inexistente. Apesar de as autoridades municipais afirmarem ser um documento acessível, a verdade é que na ausência dos Conselhos Consultivos Locais (CCL), que constituíam um espaço prático de discussão e acessibilidade ao plano por parte das comunidades, através das lideranças locais, o acesso ao mesmo limita-se ao pedido do documento por parte dos munícipes ao Conselho Municipal, o que é pouco comum. Por essa razão, as lideranças locais, nas discussões em grupos focais, enfatizaram a importância dos CCL na governação municipal:

«A saúde do trabalho é a comunicação. Os Conselhos Consultivos ajudavam, porque CCL são pessoas que traziam informação para o município sobre o que está a acontecer no bairro. E agora já não existe. Só ontem é que fizeram uma reunião no galo verde, porque estão para activar. Só se reúnem entre eles e decidem entre eles. Esse é um aspecto que eu vejo que está um pouco errado (...) porque o CCL é uma vista que ajuda o presidente.»²²

Não obstante, as lideranças dos bairros criticaram a ausência de contacto permanente entre o Presidente do Município e os munícipes, e aludiram a exemplos de outros contextos de governação municipal, como é o caso do município de Chimoio, que se localiza a menos de 30 km da vila de Gondola:

«Eles devem ter mais contacto com os munícipes. Imagine o município de Chimoio, aquele município está louvado por causa da forma de trabalhar. Aquele Presidente do Município encontra sentado numa cadeira na rua — está reunido com a sua população a dar orientação. Eu já assisti isso de cara. Isso devia acontecer aqui também para motivar a população, porque chegado o momento, as pessoas não vão duvidar quem é o nosso dirigente, quem é o nosso pai na realidade. Alguns munícipes não conhecem o Presidente do Município de cara, senão os líderes e secretários.»²³

Importa referir que o Plano Económico e Social (PES) do município de Gondola, para o ano de 2019, por exemplo, em relação às principais actividades planificadas para a área de

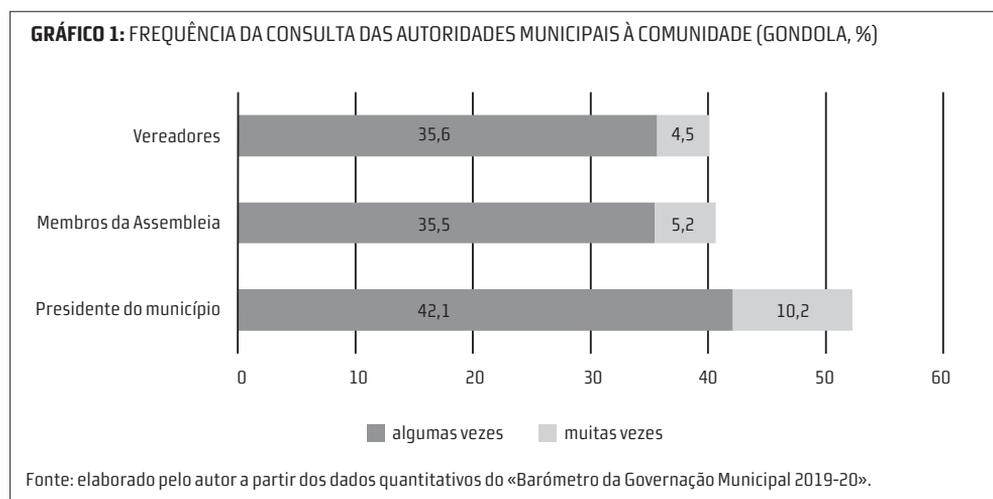
²¹ Entrevista com M. D., Gondola, 02 de Dezembro de 2020.

²² Integrante no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 01 de Dezembro de 2020.

²³ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 03 de Dezembro de 2020.

governação autárquica participativa, incluía, além da realização de sessões do Conselho Consultivo alargado aos líderes comunitários e Vereadores, a realização de reuniões populares nos bairros²⁴. Na prática, não houve grandes avanços na materialização dessas actividades.

Um inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa de 600 munícipes em idade eleitoral, em Gondola, confirma a fraca interacção entre as autoridades municipais e os habitantes. O gráfico 1 representa a percentagem²⁵ dos munícipes de Gondola que afirmam que as autoridades municipais consultavam a comunidade. Como se pode observar, 52 % dos entrevistados afirmou que o Presidente do Município consultava a comunidade, mas apenas 10 % disse que consultava «muitas vezes»; 40 % dos inquiridos afirmou que os Vereadores consultavam a comunidade, sendo que somente 5 % corresponde àqueles que afirmaram que consultavam «muitas vezes». Em relação aos Membros da Assembleia Municipal, o gráfico mostra que 41 % dos inquiridos afirmou que estes consultavam a comunidade, mas apenas 5 % é que disse que consultavam «muitas vezes», e 36 % afirmou que consultavam «algumas vezes».



Porém, quando questionadas sobre as afirmações apresentadas pelas lideranças locais, pelos munícipes e pela sociedade civil em relação à falta de comunicação e interacção por parte do município, as autoridades indicaram a COVID-19 como a razão da sua fraca comunicação com os habitantes, devido às dificuldades na realização de encontros habituais ao nível dos bairros:

²⁴ Conselho Autárquico da Vila de Gondola (2019).

²⁵ As percentagens incluem aqueles que disseram que as autoridades municipais consultavam a comunidade «algumas vezes» e «muitas vezes».

«A questão da COVID-19 para o presente ano, em algum momento fragilizou um pouco essa comunicação. A nossa comunicação não foi muito eficiente, o Estado em que vivemos, o Estado de calamidade pública, em algum momento fragilizou aquilo que é a nossa comunicação.»²⁶

Apesar de reconhecerem os momentos difíceis que se vivem devido ao coronavírus, as lideranças locais mostraram-se críticas em relação aos argumentos apresentados pelo Presidente do Município. Na opinião destes, o coronavírus não constitui justificação plausível para a falta de encontros com as comunidades, porque o município podia reunir-se com as lideranças dos bairros, obedecendo às medidas de distanciamento social:

«O Presidente da República primeiro disse que 20 pessoas podiam-se reunir, usando o distanciamento social; depois passou para 50. Então, nos bairros, penso que em cada bairro tem as lideranças, então ele não poder sair e reunir com as lideranças por causa de coronavírus?! Então as igrejas nem podiam fazer cultos. Ele está a combater mesmo o coronavírus ou há uma lacuna que talvez está a combater?! Para nós, ele está a fazer um bom trabalho, mas reparar atrás é muito bom.»²⁷

O ceticismo das autoridades comunitárias em relação ao argumento do presidente do município é, em parte, sustentado pelo facto de ter havido, em alguns bairros, encontros com a população, promovidos por algumas entidades (a Polícia da República de Moçambique – PRM – e o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica – IPAJ) mesmo em plena pandemia:

«Não é bem por causa da pandemia, porque temos o novo comandante distrital da PRM; quando ele veio aqui, fez uma reunião popular para se apresentar, para ser conhecido, e houve participação. Na semana passada, esteve lá no meu bairro o vice do IPAJ, veio dar palestra. Houve muita participação, cerca de 196 pessoas com distanciamento. Agora, essa dificuldade do município por causa da epidemia, não estou a encontrar nas minhas análises, não estou a encontrar. Porque é o mesmo Gondola que está sendo visitado por outras estruturas. Porque os munícipes têm muita coisa para expor ao município. Então, se não nos preparamos agora, lá à frente haverá dificuldades [refere-se às próximas eleições autárquicas].»²⁸

Seria a COVID-19 um elemento explicativo para a fraca interacção entre as autoridades municipais e os munícipes em Gondola? É a esta questão que se procura responder no

²⁶ Entrevista com Arlindo Cesário Ngozi, Presidente do Município, Gondola, 02 de Dezembro de 2020.

²⁷ Integrante no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 01 de Dezembro de 2020.

²⁸ Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, Gondola, 03 de Dezembro de 2020.

ponto a seguir, com base no argumento central desenvolvido neste artigo²⁹, suportado por experiências de interacção entre as autoridades municipais e os munícipes de outros contextos de governação municipal.

PORQUE É QUE A COVID-19 NÃO EXPLICA A FRACA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE GONDOLA?

Não há dúvidas que a pandemia impactou negativamente nas lógicas de governação ao nível do município de Gondola. Por um lado, as medidas de prevenção e mitigação da pandemia impostas pelo Governo, como a questão do distanciamento social, condicionaram as lógicas das reuniões com as comunidades, na medida em que se passou a considerar o número de participantes em tais reuniões comunitárias em concordância com os decretos presidenciais. Os horários de funcionamento das instituições públicas (das 08h às 14h), impostos pelos decretos presidenciais³⁰, também condicionam o atendimento aos munícipes que procuram por algum serviço no Conselho Municipal, e até mesmo o próprio desempenho dos funcionários e agentes municipais, devido à redução das horas de trabalho:

«Também a prestação de serviços aos nossos utentes nesses dias não é satisfatória. Não é possível, por exemplo, das 8h até [às] 14h, resolvermos todos os problemas que entram no nosso município, tendo em conta que mesmo no passado não era fácil também atender todas as pessoas até 15h30. Mesmo nós, em termos de produção, há coisas que podíamos fazer mais, mas já não conseguimos por causa da hora.»³¹

Por outro lado, ao nível económico, muitos agentes económicos ficaram grandemente afectados no desenvolvimento normal das suas actividades, na medida em que muitos viram os seus rendimentos baixar. Há, por exemplo, casos de comerciantes que paralisaram os seus negócios por causa da insustentabilidade dos mesmos:

«A primeira implicação é a própria economia. Nós sabemos que, quando as pessoas não estão a desenvolver as suas actividades e, como é sabido, na nossa vila municipal, a maior parte das pessoas vive de pequenos negócios e, quando são impedidos de realizar as suas actividades por causa da COVID-19, as suas rendas tendem a reduzir. Também a hora em que as pessoas saem.

²⁹ Apesar de a COVID-19 ter impactado negativamente nas lógicas de governação no município de Gondola, por si só, não constitui factor explicativo para a fraca interacção entre as autoridades municipais e os munícipes, pois os baixos níveis de interacção entre a edilidade e os cidadãos constitui um problema de carácter estrutural que caracteriza a governação não só ao nível das autarquias, mas também a outros níveis de governação em Moçambique.

³⁰ Decreto 50/2021, de 16 de Julho, 2021.

³¹ Entrevista com Virgílio Jambo, Vereador da área de saúde e saneamento, Gondola, 16 de Agosto de 2021.

Por exemplo, se a pessoa vendia o seu negócio até 20h, agora é obrigado a fechar até 17h. Há negócios que a sua renda é nocturna, por exemplo, as pessoas vendem até 21h ou 22h. Mas quando não se chega até essa hora, então a renda sempre é baixa.»³²

Esse impacto negativo da COVID-19 na economia local tem implicações directas nas finanças de Gondola, na medida em que se registou uma queda nos níveis de colecta de receitas locais, devido à baixa produtividade dos agentes comerciais, conforme ilustram as palavras de um dos Vereadores do Município:

«A pandemia está a ter grandes implicações em termos de colecta de receitas. As nossas receitas estão a baixar. Quando comparado, por exemplo, com os anos anteriores, verifica-se muita redução em termos de arrecadação de receitas (...) não tem como fazer comparações (...) A situação não está boa mesmo.»³³

Os sectores dos transportes e dos mercados também têm recebido especial atenção por parte da edilidade na prevenção e combate à pandemia. Na área dos transportes, o município, com o apoio da associação dos transportadores locais, tem levado a cabo acções de desinfecção dos transportes públicos, semicolectivos e moto táxis em todos os terminais de transporte existentes na autarquia.

Nos mercados, além de colocar baldes com água e sabão, também tem sido feito um trabalho constante de fiscalização e sensibilização dos comerciantes, com maior destaque para o principal mercado da vila, o mercado Feira, que acolhe o maior número de comerciantes ao nível da vila. Importa referir que o trabalho de sensibilização e fiscalização no cumprimento das medidas de prevenção da COVID-19 é feito não só pela Polícia Municipal, mas também por uma comissão de trabalho composta por técnicos da vereação de saúde e saneamento e alguns membros da Assembleia Municipal.

A realização dessas actividades de fiscalização, sensibilização dos munícipes e desinfecção dos transportes públicos, semicolectivos e moto táxis acarretam custos financeiros para o município, na medida em que este procura criar condições materiais para a efectivação de tais actividades. Por exemplo, para a desinfecção das viaturas e moto táxis, foram adquiridas cerca de 14 bombas de pulverização. Além disso, o município tem feito a distribuição de máscaras de fabrico caseiro em algumas sessões de sensibilização dos cidadãos. Mesmo na própria deslocação das equipas de sensibilização e fiscalização, o município tem tido despesas, como, por exemplo, na compra de combustível para as viaturas usadas nesse processo.

³² Entrevista com Virgílio Jambo, Vereador da área de saúde e saneamento, Gondola, 16 de Agosto de 2021.

³³ Entrevista com Virgílio Jambo, Vereador da área de saúde e saneamento, Gondola, 16 de Agosto de 2021.

As actividades acima descritas significaram uma reestruturação das prioridades do município em termos de intervenção na prestação de serviços públicos, pois o Plano Económico e Social (PES) do município não previa actividades ou despesas ligadas à prevenção e combate à COVID-19:

«No nosso Plano Económico e Social (PES), não estava previsto a aquisição de bombas de pulverização, o que significa que o município teve de deixar algumas actividades planificadas de lado para priorizar a questão do combate e prevenção da COVID-19. Há pouco tempo adquirimos bombas de pulverização, adquirimos cloro, também adquirimos máscaras que distribuímos durante o processo de sensibilização. Temos também mobilizado recursos para a compra de combustível para carregar os técnicos que fazem a sensibilização ao nível do município.»³⁴

Conforme se pode notar, a pandemia tem impactado negativamente na governação do município de Gondola a vários níveis. Mas apesar dessas implicações, quando analisada a interacção entre as autoridades municipais e os munícipes, constatou-se que a COVID-19, por si só, não justifica a fraca interacção entre estes, pois constitui um problema estrutural, característico não só dos Governos locais, mas também de outros níveis de governação.

O inquérito por questionário realizado em 21 municípios³⁵ de Moçambique e aplicado a uma amostra representativa de 600 munícipes em idade eleitoral em cada município, no âmbito do projecto de pesquisa «Barómetro da Governação Municipal», evidencia os baixos níveis de interacção entre as autoridades municipais e os munícipes.

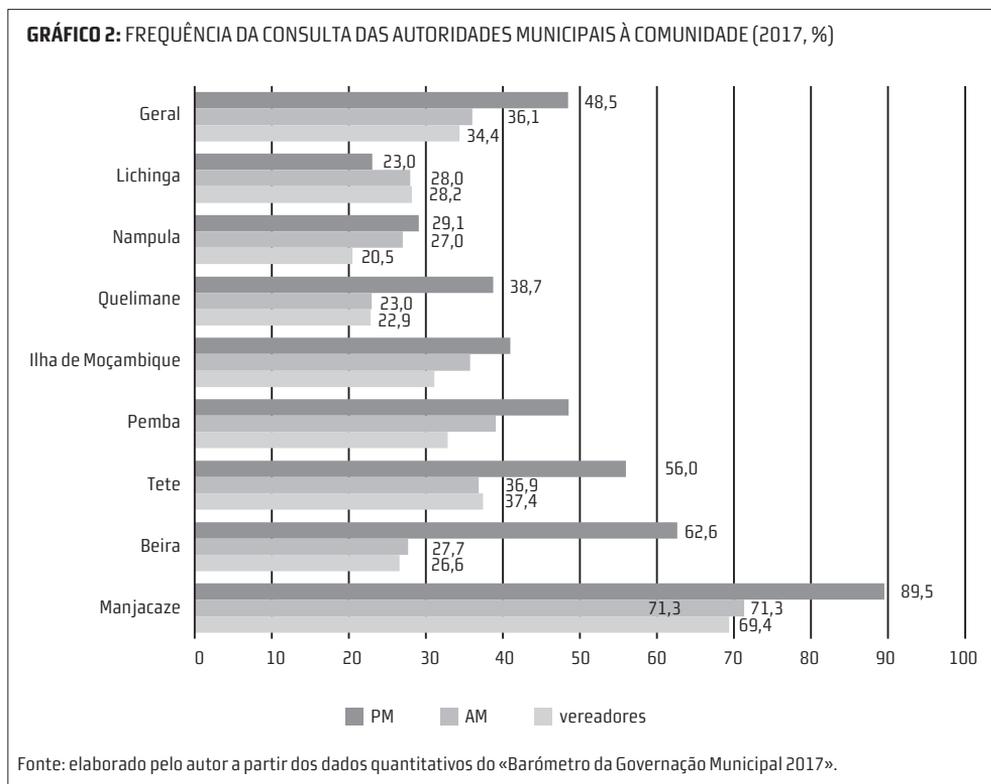
O estudo realizado nos primeiros oito municípios (Beira, Ilha de Moçambique, Lichinga, Manjacaze, Nampula, Pemba, Quelimane e Tete), em 2017, ilustrado através do gráfico 1, mostra que, do total das respostas dadas pelos inquiridos em relação ao Presidente do Município, com excepção de Manjacaze que se apresentou muito acima da média³⁶, 49 % das respostas correspondem àqueles que afirmaram que o Presidente do Município consultava a comunidade. Os municípios de Lichinga e Nampula também se destacam com percentagens muito abaixo da média, 23 % e 29 %, respectivamente. Em relação aos Membros da Assembleia Municipal, 36 % do total dos entrevistados nos oito municípios, afirmaram que os Membros da Assembleia Municipal consultavam a comunidade. Mais uma vez, assim como se verificou em relação ao Presidente do Município, Manjacaze apresenta-se com uma percentagem muito acima da média, com 71 %. Relativamente aos Vereadores, constatou-se que, no geral, 34 % dos munícipes entrevistados disseram que os Vereadores consultavam a

³⁴ Entrevista com Virgílio Jambo, Vereador da área de saúde e saneamento, Gondola, 16 de Agosto de 2021.

³⁵ Beira, Ilha de Moçambique, Lichinga, Manjacaze, Nampula, Pemba, Quelimane, Tete, Chimoio, Dondo, Gurué, Inhambane, Moatize, Nacala, Xai-Xai, Gondola, Nhamatanda, Quissico, Maxixe, Massinga e Vilankulo.

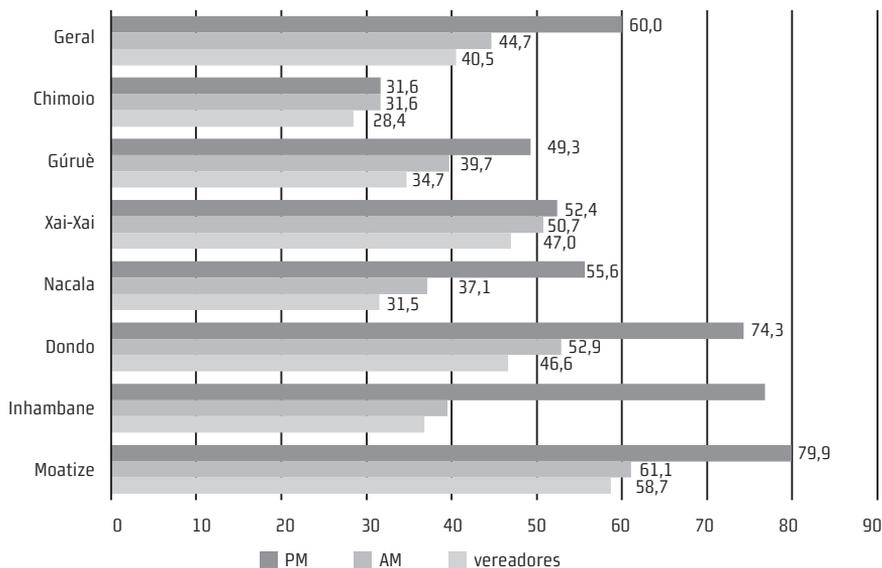
³⁶ Os bons resultados do município de Manjacaze podem estar em parte relacionadas com os altos níveis de respostas politicamente correctas por parte dos munícipes entrevistados (Forquilha *et al.*, 2018a).

comunidade. Neste ponto, assim como se verificou em relação ao Presidente do Município e os Membros da Assembleia Municipal, Manjacaze apresenta-se muito acima da média, com 69 %.



Nos municípios incluídos na pesquisa em 2018 (Chimoio, Dondo, Gurué, Inhambane, Moatize, Nacala e Xai-Xai), no geral, 60 % dos munícipes entrevistados afirmaram que o Presidente do Município consultava a comunidade. O município de Moatize destaca-se com uma percentagem relativamente superior, se comparado a outros municípios incluídos na pesquisa, a saber, 80 %. O município de Chimoio também se destaca pelo valor muito abaixo da média, 32 %, conforme ilustra o gráfico 3. Relativamente aos Membros da Assembleia Municipal, 45 % do total dos inquiridos nos 7 municípios disseram que os Membros da Assembleia Municipal consultavam a comunidade e, mais uma vez, os municípios de Chimoio e Moatize destacam-se por apresentarem valores extremos, 32 % e 61 %, respectivamente. Quanto aos Vereadores, 41 % dos entrevistados afirmaram que consultavam a comunidade e, conforme se pode observar no gráfico, em quase todos os municípios, com exceção de Moatize, os Vereadores tiveram uma avaliação abaixo dos 50 %.

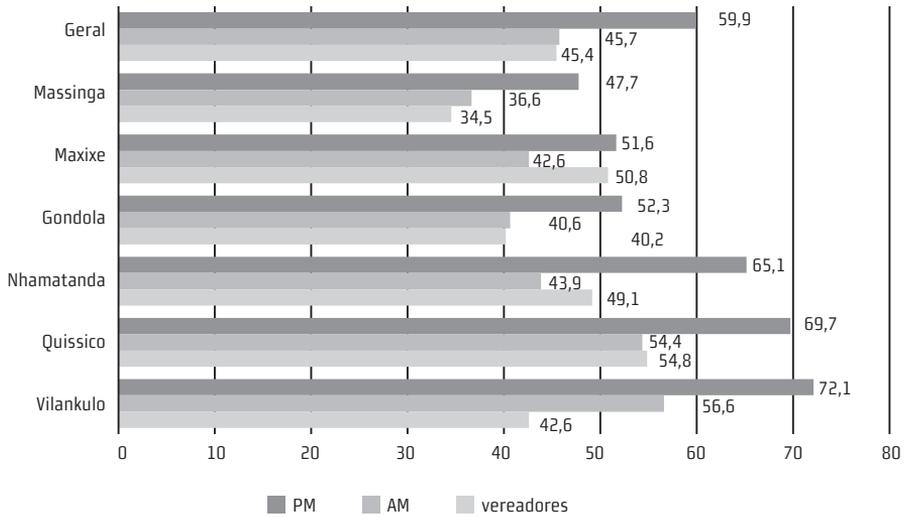
GRÁFICO 3: FREQUÊNCIA DA CONSULTA DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS À COMUNIDADE (2018, %)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados quantitativos do «Barómetro da Governação Municipal 2018».

Nos municípios abrangidos pela pesquisa em 2019 e 2020 (Quissico, Gondola, Maxixe, Masinga, Nhamatanda e Vilankulo), os dados mostram que, no geral, em relação ao Presidente do Município, 60 % dos municípios inquiridos responderam que o Presidente do Município consultava a comunidade, e 46 % disseram que os Membros da Assembleia Municipal consultavam a comunidade. Quanto aos Vereadores, um total de 45 % dos municípios inquiridos afirmaram que consultavam a comunidade, conforme se pode observar no gráfico 4.

GRÁFICO 4: FREQUÊNCIA DA CONSULTA DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS À COMUNIDADE (2019-2020, %)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados quantitativos do «Barómetro da Governação Municipal 2019-20».

Conforme se pode notar a partir dos gráficos acima apresentados, a fraca interacção entre as autoridades municipais e os munícipes ainda constitui um desafio que afecta o processo de governação ao nível das autarquias, contrariando um dos fundamentos que orientam a criação dos governos descentralizados, que é trazer o Governo para mais próximo dos cidadãos, de modo a permitir uma maior participação e envolvimento destes no processo de tomada de decisão³⁷. Este facto reforça o argumento central deste texto, segundo o qual a COVID-19 não constitui a razão explicativa para a fraca interacção entre o município e os munícipes em Gondola.

Contudo, essa fraca interacção entre o município e os munícipes mancha, até certo ponto, o Governo naquela autarquia, pois conforme argumenta Forquilha *et al.* (2018a, 2018b, 2021), o tipo de interacção existente entre as autoridades municipais e os munícipes constitui um indicador da qualidade da governação.

No geral, até então, a descentralização não tem gerado resultados satisfatórios em termos de participação e envolvimento dos cidadãos nos processos de governação. A linha que separa os governantes e os governados é cada vez maior, impossibilitando a consolidação da democracia ao nível dos municípios. Aliás, como afirmam (Forquilha & Orre, 2012), analisando os desafios da institucionalização democrática em Moçambique:

³⁷ Ver: Tiebout (1956); Burki *et al.* (1999); Crook (2003); Coyers (2007); Ekpo (2008).

Embora as reformas políticas ocorridas em Moçambique nos anos 1990 tenham criado novas instituições a todos os níveis como parte do processo de descentralização e reformas na governação local, elas não trouxeram necessariamente mudanças significativas em termos da qualidade democrática de participação popular (Forquilha & Orre, 2012: 347).

Assim, não se pode falar de uma descentralização efectiva enquanto não houver, ao nível local, uma real aproximação entre os governantes e os governados; não só porque essa falta de interacção cria o distanciamento entre o município e os munícipes, mas também porque impossibilita as autoridades de tomarem decisões apropriadas, que apontam para as reais necessidades das comunidades. E se é verdade que uma democracia local forte requer instituições que facilitam a participação política activa dos cidadãos, por um lado, por meio da realização da eleição dos seus governantes e outros agentes públicos e, por outro, através da criação de canais institucionais que permitam a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão (Posner, 2004), também não é menos verdade que Moçambique terá evoluído bastante em termos de reformas de descentralização. Essa evolução verificou-se, por exemplo, com a criação da Lei 2/97 de 18 de Fevereiro, que aprova o quadro jurídico para a implantação das autarquias locais; a Lei 8/2003, de 19 de Maio, sobre os órgãos locais do Estado, ao nível da província e distrito; a Lei 1/2018, de 12 de Junho, que introduziu alterações significativas na forma como são eleitos os Governantes ao nível das autarquias, a eleição dos Governadores Provinciais e Administradores dos Distritos, estes últimos a partir de 2024.

Não obstante, assistiu-se, ao longo dos anos, à institucionalização dos espaços de participação política com destaque para os Conselhos Locais a diversos níveis, introduzidos através da Lei 8/2003, de 19 de Maio, e o Decreto 11/2005, de 10 de Junho, com vista à promoção de uma maior participação e envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisão. Todavia, apesar dessas reformas introduzidas no país, os desafios ainda são enormes. Em termos práticos, o processo de descentralização não resultou numa profunda reforma da Administração Pública, principalmente em termos de melhorias na provisão de serviços públicos, que é grandemente condicionada pela fraca autonomia financeira dos municípios devido à sua alta dependência em relação às transferências do Estado, em alguns casos, até para pagar salários aos seus funcionários. Em termos de convivência política, assiste-se, ao nível local, a uma conflituosa relação entre os municípios e os Governos Distritais, em matérias de coordenação de acções específicas em contextos de dimensão territorial comum. Este facto tem sido mais evidente nos municípios governados pela oposição, onde se assiste a uma luta pelo protagonismo político-partidário entre o Governo do distrito e o município³⁸

³⁸ Ver António (2020a; 2020b).

na prestação de serviços públicos (Rosário, 2012, 2015; IESE *et al.*, 2016; Forquilha, 2016; 2020; António, 2020).

Em termos de participação política, apesar da realização regular de eleições ao nível dos municípios e recentemente, ao nível das províncias³⁹, estas são marcadas por irregularidades recorrentes e contestações por parte da oposição, principalmente a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o maior partido da oposição, que por duas vezes boicotou as eleições municipais⁴⁰. Essas irregularidades e contestações que caracterizam os processos eleitorais mancham grandemente a legitimidade dos governantes saídos desses processos eleitorais. Não obstante, o funcionamento das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC) tende a reduzir a participação dos cidadãos a um simples acto de consulta (Forquilha & Orre, 2012; Forquilha, 2020). Este facto contraria os princípios democráticos da participação política, que olha para a participação dos cidadãos não apenas em termos de consulta, mas sobretudo da participação e envolvimento destes nos processos de tomada de decisão (Amith, 2017:76).

CONCLUSÃO

Com base na análise das implicações da COVID-19 na governação municipal, este texto mostra, por um lado, o impacto negativo da pandemia no Governo Municipal de Gondola, tanto no contacto entre o município e os munícipes devido às medidas de prevenção e mitigação da pandemia impostas pelo Governo, o que condicionou o número de participantes nas reuniões, assim como no atendimento aos utentes que procuram alguns serviços no Conselho Municipal.

Em termos económicos, a pandemia afectou os negócios dos agentes económicos, contribuindo para os baixos níveis de colecta de receitas locais por parte do município de Gondola. Não obstante, as despesas com actividades de fiscalização, sensibilização e prevenção da pandemia, que também demandam custos financeiros aos cofres do município, levaram à reestruturação das prioridades do município em termos de prestação de serviços públicos, tendo em conta que as actividades relacionadas com a pandemia da COVID-19 não constavam do Plano Económico e Social do município.

No entanto, apesar das implicações negativas da COVID-19 na governação do município de Gondola, ela, por si só, não constitui razão explicativa para a fraca interacção existente entre as autoridades municipais e os munícipes no processo de governo, na medida em que os baixos

³⁹ Refere-se à eleição dos governadores de província, realizada em Outubro de 2019.

⁴⁰ Problemas com o recenseamento eleitoral, a falta de confiança nos órgãos de gestão eleitoral, por conta da sua partidarização e a falta de consenso não só em relação à legislação eleitoral, mas também em relação às vilas e cidades elevadas à categoria de município, levaram a RENAMO e outros pequenos partidos a Boicotar as eleições de 1998 e 2013.

níveis de interacção entre estes constitui um problema estrutural que caracteriza não só a governação ao nível das autarquias, mas também a outros níveis.

As experiências de outros contextos de Governo Municipal estudados no âmbito do projecto «Barómetro da Governação Municipal» confirmam os baixos níveis de interacção entre as autoridades municipais e os munícipes. Se comparados à figura do Presidente do Município, que tem uma avaliação relativamente boa, com frequências gerais que chegam aos 60 %, os Vereadores e os membros da Assembleia Municipal são os que menos consultam a comunidade, com frequências gerais que variam entre 34 % e 46 %.

Contudo, assumindo os desafios existentes em termos de interacção entre as autoridades municipais e os munícipes, assim como a importância deste elemento na consolidação da democracia do País, é necessário que o debate sobre o processo de descentralização não seja apenas em termos de introdução de mais reformas de descentralização e institucionalização dos espaços de participação política, mas também em termos de efectividade no funcionamento desses espaços de participação para que, de facto, exista um envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão, tendo em conta que elas afectam as suas vidas, directa ou indirectamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acórdão 27/CC/2018, de 13 de Novembro (2018). *Processo nº 26/CC/2018 - Validação e proclamação dos resultados das eleições dos membros dos órgãos autárquicos, realizadas em 10 de Outubro de 2018*. Disponível em: <http://www.constitucional.org.mz/Jurisprudencia/27-CC-2018> (consultado a 13 de Maio de 2021).
- Amith, G.S. (2017). *Politicizing Digital Space: Theory, The Internet, and Renewing Democracy*. London, University of Westminster Press. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv5vdd75.6.pdf?ab_segments=0%2F5YC-5882%2Fcontrol&refreqid=fastly-default%3Ad6823fe2fdc04b065f062c7c2181be1c (consultado a 26 de Abril de 2021).
- António, B. (2020a). Governação municipal em contextos de alternância política em Moçambique: Algumas notas a partir do município de Gurué (2014-2018). In: Salvador Forquilha (eds.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE, pp. 121-137.
- António, B. (2020b). Protagonismo político-partidário, um obstáculo à prestação de serviços públicos em contextos de competição política: o caso do município de Gurué (2014 - 2018). *IESE*. (Boletim IDEIAS n.135), 2. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/11/ideias-135_BA.pdf (consultado a 15 de Agosto de 2021).
- Bosman, I. (2021). COVID-19 and E-Governance: Lessons from South Africa. *South African Institute of International Affairs*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resre29596> (consultado a 21 de Abril de 2021).
- Burki, S.J., Perry, G. & Dillinger, W.R. (1999). *Beyond the center: decentralizing the State*. World Bank Latin American and Caribbean studies. Washington, D.C, World Bank.
- CAVG (2019). *Plano Económico e Social do Conselho Autárquico da Vila de Gondola, para o ano de 2019*. Gondola.
- Coyers, D. (2007). Decentralization and service Delivery: Lessons from sub-Saharan Africa. *Institute of Development Studies*. 38 (1), 18-32. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/8340/IDSB_38_1_10.1111-j.1759-5436.2007.tb00334.x.pdf?sequence=1&isAllowed=y (consultado a 9 de Junho de 2017).
- Crook, R.C. (2003). Decentralisation and poverty reduction in Africa: the politics of local-central relations. *Public Administration and Development*. 23 (1), 77-88. Disponível em: doi:10.1002/pad.261 (consultado a 13 Abril de 2020).
- Decreto 1/2021, de 13 de Janeiro. *Boletim da República*.
- Decreto 2/2021, de 4 de Fevereiro. *Boletim da República*.
- Decreto 7/2021, de 5 de Março. *Boletim da República*.
- Decreto 11/2005, de 10 de Junho (2005). Decreto 11/2005, de 10 de Junho. In: *Legislação*

sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei n.º 8/2003 e o Decreto n.º 11/2005). República de Moçambique. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique. pp. 27–126.

- Decreto 11/2020, de 30 de Março. *Boletim da República.*
- Decreto 12/2020, de 2 de Abril. *Boletim da República.*
- Decreto 17/2021, de 6 de Abril. *Boletim da República.*
- Decreto 21/2020, de 26 de Junho. *Boletim da República.*
- Decreto 23/2020, de 5 de Agosto. *Boletim da República.*
- Decreto 26/2020, de 8 de Maio. *Boletim da República.*
- Decreto 50/2021, de 16 de Julho. *Boletim da República.*
- Decreto 51/2020, de 1 de Julho. *Boletim da República.*
- Decreto 79/2020, de 4 de Setembro. *Boletim da República.*
- Decreto 102/2020, de 23 de Novembro. *Boletim da República.*
- Decreto 110/2020, de 18 de Dezembro. *Boletim da República.*
- Ekpo, A.H. (2008). *Decentralization and Service delivery: A Framework.* Disponível em: https://www.africaportal.org/documents/5792/AkpanEkpo_DecentralizationandServiceDeliveryRevised.pdf (consultado a 9 de Junho de 2017).
- Forquilha, S. (2016). Democracia e municipalização em Moçambique: Gradualismo, Participação local e Serviços básicos. In: Luís Brito, et al. (eds.). *Desafios para Moçambique 2016.* Maputo: IESE, pp. 73–91.
- Forquilha, S. (2020) Reformas de descentralização em Moçambique: O papel das instituições na definição dos resultados. *UNU-WIDER.* Working Paper 2020/132. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2020-132-PT.pdf> (consultado a 15 de Junho de 2021).
- Forquilha, S., de Brito, L., Neeleman, W., Chaimite, E., et al. (2018a). *Barómetro da Governação Municipal 2017: Relatório de dados quantitativos.* Maputo: IESE.
- Forquilha, S., Brito, L., Neeleman, W., Chaimite, E., et al. (2018b). *Barómetro da Governação Municipal 2018: Relatório de dados quantitativos.* Maputo: IESE.
- Forquilha, S., Brito, L., Neeleman, W., Posse, L., et al. (2021). *Barómetro da Governação Municipal 2019/2020: Relatório de dados quantitativos.* Maputo: IESE.
- Forquilha, S. & Orre, A. (2012). Conselhos Locais e Institucionalização Democrática em Moçambique. In: *Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados.* Maputo: IESE, pp. 330–348.
- Gruzd, S., Bosman, I. & Zikalala, N.M. (2020). Regions Apart: How South Africa and Nigeria Responded to COVID-19. *South African Institute of International Affairs.* Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep28259> (consultado a 21 de Abril de 2021).
- Kang, H., Kwon, S. & Kim, E. (2020). *COVID-19 Health System Response Monitor: Republic of Korea.* Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep27944.10> (consultado a 21 Abril 2021).

- Kaulard, M. (2020). *Flash Appeal for COVID-19: Mozambique*. Disponível em: <https://www.who.int/health-cluster/countries/mozambique/Mozambique-Flash-Appeal-COVID-19.pdf?ua=1> (consultado a 5 de Agosto de 2021).
- Lei 1/2018, de 12 de Junho. *Boletim da República*.
- Lei 2/97 de 18 de Fevereiro. *Boletim da República*.
- Lei 8/2003, de 19 de Maio (2005). República de Moçambique. In: *Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei n.º 8/2003 e o Decreto n.º 11/2005)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, pp. 3–25.
- Nguenha, E., Raich, U. & Weimer, B. (2012). Finanças Locais: Desempenho e Sustentabilidade dos Municípios Moçambicanos. In: Bernhard Weimer (ed.). *Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados*. Maputo: IESE, pp. 197–215.
- O Autarca (2020). Covid-19: Presidente do Município da Beira anuncia requalificação de mercados da autarquia. *O Autarca*. 6 Setembro, 1–2. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/09-07-2020.pdf> (consultado a 11 de Maio de 2021).
- Posner, P.W. (2004). Local Democracy and Transformation of Popular Participation in Chile. *Latin America Politics and Society*. 46 (3), 55–81. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4141620> (consultado a 27 de Abril de 2021).
- Print, M. (2007). Citizenship Education and Youth Participation in Democracy. *Taylor & Francis, Ltd.* 55 (3), 325–345. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4620572> (consultado a 28 de Abril de 2021).
- Tiebout, C. (1956). A Pure Theory of Local Expenditures. *The University of Chicago Press*. 64, 416–424. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1826343> (consultado a 28 de Julho de 2018).
- Tracy, S.J. (2013). *Qualitative Research Methods Collecting Evidence, Crafting Analysis, Communicating Impact*. UK: Wiley-Blackwell.
- VOA (2020). COVID-19: Mercado de Xipamanine e outros de Maputo vão encerrar temporariamente. *VOA*. 6 Dezembro. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/covid-19-mercado-de-xipamanine-e-outros-de-maputo-v%C3%A3o-encerrar-temporariamente/5460753.html> (consultado a 11 de Maio de 2021).
- Weimer, B. (2012). Municipal Tax Base in Mozambique: High Potential – Low Degree of Utilisation. Disponível em: https://www.die-gdi.de/uploads/media/DP_1.2012.pdf (consultado a 10 de Abril de 2020).
- Weimer, B. & Carrilho, J. (2017). *A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios*. Maputo: IESE.
- Weimer, B., Hassam, M. & Chimunuane, O. (2010a). *Estudo sobre o Potencial Tributário no Município da Cidade da Beira*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/>

curated/pt/893641468057338659/pdf/635310WP0MZ0P10tario0Final00Jan011.pdf
(consultado a 2 de Abril de 2020).

Weimer, B., Hassam, M. & Chimunuane, O. (2010b). *Estudo sobre Potencial Tributário no Município da Cidade de Cuamba*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/358721468286298051/pdf/635320WP0MZ0P10al0Tribut0rio0Final.pdf>
(consultado a 2 de Abril de 2020)

Weimer, B., Hassam, M. & Chimunuane, O. (2010c). *Estudo sobre Potencial Tributário no Município da Cidade de Nacala - Porto*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/515111468059081410/pdf/635380WP0MZ0P10tario0Final00Jan011.pdf>
(consultado a 2 de Abril de 2020).